

Guerra contra os marajás do CCM

Deputados vão exigir que estado explique o pagamento de salários para os conselheiros

Angelina Nunes, Daniela Matta e Liane Gonçalves

Jorge Peter/13-08-96

O governador Marcello Alencar terá que explicar os motivos que o levaram a autorizar o pagamento dos marajás do extinto Conselho de Contas dos Municípios (CCM). A deputada Heloneida Studart, líder da bancada do PT, vai atacar em duas frentes: como parlamentar, ela entrará com um requerimento de informações pedindo explicações e acesso ao processo administrativo que tramitou na procuradoria estadual. Como cidadã, ela impetrará uma ação popular com o mesmo objetivo. Se o estado se negar a responder, caberá um mandado de segurança. Além disso, ela e deputados do PPS, PFL, PDT e até do PSDB começam a se reunir hoje, buscando outros meios para tentar barrar o generoso pagamento. A vitória dos marajás também causou revolta aos representantes dos sindicatos dos servidores públicos. A remuneração mensal, em torno de R\$ 11 mil, além do pagamento dos salários atrasados, calculado em torno de R\$ 814 mil para cada um dos conselheiros, estão bem distantes das reivindicações salariais dos 370 mil servidores.

— Eles recebem para não fazer nada, os professores precisam fazer “bico” para sobreviver. O estado não dá aumento porque sustenta essas vergonhas — disse Danilo Serafim, do Sindicato Estadual dos Profissionais de Ensino (Sepe).

A vergonha em questão começou a ser elaborada na Constituinte, quando foi criado o Conselho de Contas do Município (CCM), extinto em 1991, conforme publicou O GLOBO na edição de ontem. Seis anos depois de uma batalha judicial, seis dos sete conselheiros — exceto o advogado Carlos Alberto Pires e Albuquerque — impetraram uma ação e ganharam o direito de receber salários atrasados, além da remuneração vitalícia, mesmo tendo trabalhado apenas sete meses. O estado começou o pagamento há duas semanas para os conselheiros Aloysio Teixeira, Gilberto Rodrigues, Heitor Frutado, Adhemar Alves, Mesquita Bráulio e Cláudio Moacyr (já falecido, mas a família tem todos os direitos). Com um detalhe: eles não trabalham porque não há na administração estadual local para serem lotados com igual função para a qual foram nomeados, segundo o advogado dos conselheiros, Wellington Moreira Pimentel.

O secretário de Administração, Augusto Werneck, acredita que o estado não recorreu porque a matéria tinha sido analisada anteriormente pelo Supremo Tribunal Federal. Ele repassa a culpa para o ex-governador Brizola e diz que, ao ficarem em disponibilidade, os conselheiros ganharam o direito de reivindicar o pagamento integral.

— É injusto cobrar isso de mim — disse.

Mesmo no secretariado de Marcello Alencar há quem discorde dessa inusitada situação. O secretário de Educação, Fernando Pinto, faz parte do coro dos descontentes. Na ocasião da criação do CCM ele era vereador em Nova Friburgo e foi contrário à existência do órgão:

— Esta situação é um escândalo. Não podemos deixar de pagar um professor porque temos que pagar marajás. Isto ainda pode ser modificado. Se o povo tomar consciência, muda-se até a lei.

Federação Nacional dos Médicos quer cpi

Uma CPI na Alerj. Esta é a saída proposta por Jorge Darze, da Federação Nacional dos Médicos, que classifica o pagamento dos marajás de uma imoralidade administrativa. Essa hipótese também é discutida por Lúcia Souto (PPS), que encara a CPI como uma das formas possíveis para se reverter o pagamento. Para Alice Tamborindeguy (PSDB), no entanto, a questão é suprapartidária e os parlamentares podem se reunir e tentar reverter a situação.

O interesse político nos bastidores foi lembrado pelo ex-deputado Eduardo Chuahy (PDT). Na sua opinião, tudo leva a crer que houve um acordo entre o PSDB e o PMDB, visando a alianças para as próximas eleições e o loteamento de cargos.

Os benefícios pagos aos ex-conselheiros também revoltaram o presidente da Federação das Associações e Sindicatos de Servidores Públicos do Estado do Rio, Marcus Vinicius Gomes Pedro.

— A grande maioria dos servidores aposentados não tem mais de R\$ 400 por mês para viver.



AUGUSTO WERNECK repassa a culpa para o ex-governador Brizola e critica o fato de os conselheiros terem sido postos em disponibilidade: 'É injusto cobrar isso de mim'